

Versão *On-line* ISBN 978-85-8015-076-6
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2013



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação

O ENSINO DE FILOSOFIA E O USO DO TEXTO FILOSÓFICO NO ENSINO MÉDIO

Autor: Wilson José Vieira – PPGE/UFPR¹
Orientador: Geraldo Balduino Horn – DTPEN/UFPR²

RESUMO

Pesquisa realizada com estudantes da 1º e 3º série do Colégio Estadual do Paraná (NRE – Curitiba PR). Procura compreender o sentido e lugar do texto de Filosofia nas aulas de Filosofia das escolas públicas paranaenses do Ensino Médio a partir de pesquisa realizada em 2012, da implementação do projeto e dos dados apresentados pelos professores de filosofia que participaram do Grupo de Trabalho em Rede (GTR-2014) que trabalharam em suas aulas o projeto de intervenção desenvolvido. Em função da Lei federal 11.684/08, que tornou obrigatória a inclusão da Filosofia na matriz curricular do Ensino Médio, a partir de 2010 a disciplina passa a figurar em todos os colégios estaduais. Em relação ao uso do texto, foi possível depreender que, de alguma forma, os textos de Filosofia estão presentes nas salas de aula, mas que nem sempre a formação do professor lhe possibilita condições efetivas de trabalho com o texto filosófico. A utilização do texto clássico de forma dinâmica, significativa e articulada à realidade cotidiana do estudante possibilita a atualização dos mais diversos problemas filosóficos. A principal questão é como chegar às questões filosóficas de forma significativa, como desenvolver o “filosofar” com os estudantes e não apenas “ler” o texto de filosofia? Como encontrar o equilíbrio no uso do texto de Filosofia e não desenvolver no Ensino Médio uma espécie de propedêutico do curso de graduação em Filosofia?

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Textos Clássicos de Filosofia. Ensino Médio. Metodologia de Ensino.

INTRODUÇÃO

A investigação proposta no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) se insere no contexto das discussões e investigações relativas ao ensino de filosofia no Ensino Médio brasileiro. Observa-se que com a entrada em vigor da Lei nº 11.684³, de junho de 2008, que corrigia o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

¹ Licenciado em Filosofia, Professor de Filosofia do Colégio Estadual do Paraná (NRE de Curitiba) e Doutorando em Educação no PPGE/UFPR. E-mail: wilsonjosevieira@yahoo.com.br

² Doutor em educação e Professor do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do PPGE/UFPR. Coordenador do NESEF/UFPR. E-mail: gbalduino.ufpr@gmail.com.

³ Lei 11.684, de 02 de junho de 2008. A lei alterou o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996. Importante ressaltar que caberia às Secretarias de Educação de cada estado medidas para a implementação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo. No Estado do Paraná, as disciplinas de Filosofia e Sociologia foram implementadas segundo a Deliberação 03/08 do Conselho Estadual de Educação, que determinava a progressiva introdução das mesmas no Ensino Médio. Em 2009, no mínimo em uma série, em 2010, em duas, em 2011, nas três séries do Ensino Médio e em 2012, no Curso Técnico (nas quatro séries dos cursos de ensino médio com quatro anos de duração).

(LDBEN) 9394/96, ocorreu a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia enquanto disciplina escolar. Porém, a aprovação da Lei, não instaura de forma abrupta a ensinabilidade da Filosofia.

A presença da Filosofia no Ensino Médio enquanto disciplina escolar traz à tona uma série de questões extremamente importantes relativas ao seu ensino. Vive-se, portanto, por conta do tempo em que esteve excluída, mais de duas décadas, um momento de defesa da disciplina, de sua consolidação no currículo escolar e, principalmente, de legitimação perante a sociedade brasileira⁴.

No período de 2007 a 2010, ocorreu o ingresso na Secretaria de Estado da Educação do Estado (SEED/PR), compondo um departamento pedagógico de Produção de Material Didático e Formação Continuada de Professores na Equipe Técnico-Pedagógica de Filosofia. Na SEED/PR, participei da elaboração de vários projetos e ações que visavam à legitimação da Filosofia no Ensino Médio paranaense, voltados principalmente para a formação de professores. Dentre as variadas ações desenvolvidas neste período, destacam-se a elaboração das Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio, os cursos de formação continuada DEB (Departamento de Educação Básica) Itinerante (2007-2008) e NRE (Núcleo Regional de Ensino) Itinerante (2009)⁵, a produção do Livro Didático Público de Filosofia⁶, o Projeto Folhas⁷ e a Antologia de Textos Filosóficos⁸. A atuação

⁴ Importante salientar que a obrigatoriedade da filosofia, sua inserção no currículo ao lado das demais disciplinas não garante um efetivo ensino de filosofia. Existem grandes desafios a serem enfrentados e os principais estão relacionados aos pressupostos metodológicos, aos conteúdos a serem ensinados e à avaliação. É preciso, conforme afirma Horn (2000, p. 197) “[...] pensar esta disciplina viabilizando seu espaço próprio, ou seja, inventando um espaço para ela. Pode-se dizer que ela tem um espaço legal, mas que não é legítimo, pois não conseguiu ainda legitimar esse espaço na prática escolar brasileira.” Segundo o Guia de Livros Didáticos (2011, p. 08) “[...] a conquista deste espaço traz a responsabilidade para qualificá-lo e estruturá-lo da forma mais adequada às necessidades de formação dos jovens. Estes primeiros anos de consolidação do ensino de filosofia merecem um cuidado muito especial por parte de todos os atores neste envolvidos. Trata-se aqui, basicamente, de reiniciar a construção de uma tradição de didática da filosofia e da definição de um perfil geral de trabalho que esteja à altura dos desafios de sua história e dimensão atual.”

⁵ O DEB Itinerante (2007 e 2008) foi um programa de formação continuada dos profissionais da educação que visava a implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Estado do Paraná e de outras políticas educacionais da SEED/PR. Em 2009 esta ação foi desenvolvida de maneira local pelos técnicos pedagógicos das disciplinas em cada Núcleo Regional de Ensino do Estado do Paraná.

⁶ O Projeto do Livro Didático Público foi algo inédito na educação paranaense, pois os textos eram escritos por professores da rede pública de ensino.

⁷ O Projeto Folhas era um projeto de formação continuada da SEED/PR que visava, de forma colaborativa, a pesquisa e o aprimoramento dos professores em suas respectivas áreas de formação. O resultado destas pesquisas era a produção de textos de apoio destinados aos estudantes da Educação Básica.

⁸ A Antologia de Textos Filosóficos (SEED/PR 2009) é composta de vinte e três (23) textos ou excertos de filósofos relevantes e visava dar suporte ao aprendizado filosófico.

nestes projetos possibilitou a instauração de uma série de preocupações relativas ao ensino de Filosofia, ao como ensinar e aprender Filosofia no Ensino Médio, e principalmente como o estudante de Ensino Médio aprende com o texto de filosofia. Ressalta-se ainda que a instauração do problema, e em decorrência o interesse pela pesquisa relativa a presença do texto de Filosofia em sala de aula, é originária tanto das experiências positivas e das frustrações que tivemos em sala de aula, quanto da participação na elaboração de materiais didáticos, principalmente da Antologia de Textos Filosóficos. Ressaltamos também que as viagens realizadas pelos municípios do Paraná (DEB Itinerante e NRE Itinerante) entre 2007 e 2009, ministrando oficinas de Filosofia⁹ aos professores da Rede foram extremamente importante, pois possibilitaram a discussão e observação dos principais problemas enfrentados pelos professores nas aulas de Filosofia.

Destaca-se também na constituição da pesquisa o ingresso no ano de 2010 no mestrado em Educação na Universidade Federal do Paraná, concluído em 2012, a proposta de investigação cujo tema era o **“Ensino de Filosofia e o uso do texto clássico de filosofia”** procurou analisar o sentido e o lugar do texto de filosofia nas aulas com os estudantes de Ensino Médio. De forma específica a pesquisa procurou compreender, a partir da análise de questionários enviados aos professores de filosofia, formados ou não em filosofia, qual o sentido e lugar do texto clássico de filosofia nas aulas, como o professor compreendia o uso do texto em suas aulas, qual tratamento o professor dispensava ao texto de Filosofia, quais estratégias, métodos, dificuldades enfrentadas quanto ao uso do texto, se a formação e as condições objetivas da escola possibilitavam trabalhar com os textos de Filosofia e quais eram os materiais utilizados pelos professores. A pesquisa também buscou situar o ensino de filosofia no Brasil e no Paraná comparando com dados de pesquisa¹⁰ realizada em 2010 pelo Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn.

A pesquisa categorizou, a partir dos questionários recebidos, algumas questões importantes relativas ao uso do texto de filosofia, as principais foram:

⁹ No sistema de cursos realizados na rede pública de ensino do Paraná constam registradas 51 oficinas.

¹⁰ Trata-se da tese defendida em 2002 Por Uma Mediação Praxiológica do Saber Filosófico No Ensino Médio: Análise e Proposição a Partir da Experiência Paranaense na Universidade de São Paulo (USP, 2002). A pesquisa também contou com a coleta de dados via questionário

1. A aula de Filosofia, em algum momento, deve passar pelo texto de filosofia, o diálogo com a tradição, com o pensamento pensado, é algo essencial para que ocorra a indagação, a reflexão quanto ao mundo que nos circunda. O texto filosófico, é filosófico por falar de seu tempo, e por dizer alguma coisa(s) para o nosso tempo, é nesse sentido que ele é importante, para que o estudante possa adquirir condições de entendimento e compreensão de sua realidade e de seu tempo;
2. Com relação ao uso de materiais nas aulas de Filosofia os professores utilizam o Livro Didático Público distribuído pela Secretaria de Estado da Educação e os seguintes livros: *Convite à Filosofia* (Marilena Chauí), *Filosofando* (Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins), *Fundamentos de Filosofia* (Gilberto Cotrim), *História da Filosofia* (Giovanni Reale e Dario Antiseri) e *Temas de Filosofia* (Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins).
3. Quanto ao uso do texto de filosofia com os estudantes os professores revelaram que um dos principais empecilhos é o tempo escasso, sendo que duas aulas semanais são insuficientes para atingir os objetivos propostos;
4. Aspecto também apontado foi quanto as graves deficiências discursivas, ou seja, o não domínio da língua e da linguagem acarreta sérios entraves a leitura dos textos de Filosofia. Embora um pequeno número de professores tenha respondido que não utiliza o texto clássico de Filosofia é preciso levar em consideração a existência de um discurso, oriundo principalmente dos professores não formados em Filosofia, mas não só, de que os textos filosóficos são muito difíceis, densos, impenetráveis aos estudantes de Ensino Médio. Esta perspectiva advém da carência formativa dos professores e principalmente do não aprofundamento teórico-metodológico no que tange o ensino de Filosofia. Não serão os textos de Machado de Assis tão ou mais complexos que os de Filosofia?

5. A defesa do uso do texto de Filosofia não é mero conservadorismo ou elitismo e sim a necessidade, muito presente nas principais pesquisas sobre ensino de filosofia, de se salvaguardar o teor filosófico. Afinal, qual o lugar da Filosofia? Em todo lugar e em parte alguma. O lugar por excelência no qual podemos encontrar a Filosofia é em sua história, no discurso dos filósofos, nos textos que trataram e tratam de questões sempre atuais, que continuam a incomodar a humanidade.
6. O ensino de Filosofia requer que os estudantes estabeleçam um confronto com a opinião, com o “que todo mundo diz”, e construam uma compreensão fundamentada quanto ao mundo que o rodeia. Os textos filosóficos em si mesmos não são o antídoto para que ocorra um processo de depuração, de libertação da mera opinião, mas potencializam, quando utilizados corretamente a construção de uma perspectiva bem fundada.
7. Observou-se também que no Ensino Médio a presença de comentadores é algo muito presente. Existe uma forte tendência em se evitar a leitura direta dos textos filosóficos. No Brasil a cultura do manual, de um texto guia, é algo instituído desde o surgimento das primeiras escolas com os jesuítas. No caso da Filosofia, em razão da não existência de uma tradição no Ensino Médio, são poucos os livros didáticos de Filosofia se comparar-se com disciplinas com maior tradição, por exemplo, História e Língua Portuguesa.
8. A presença dos textos de Filosofia nas aulas constitui mediação ou tecnologia fundamental, mas não única, para que se desenvolva o que é específico desta disciplina, ou seja, a realização do filosofar. A utilização do texto clássico de forma dinâmica, significativa e articulada à realidade cotidiana do estudante possibilita a atualização dos mais diversos problemas filosóficos.
9. A prática da leitura de textos da tradição filosófica possibilitará o contato do estudante com o pensamento dos filósofos. Muito embora, possamos encontrar problemas filosóficos no cotidiano, nos filmes, em recortes de jornais, nas poesias e nas músicas etc, é nas obras

dos filósofos que residem os problemas e conceitos metodicamente organizados que orientam a atividade filosófica.

A pesquisa realizada situa-se em um campo extremamente importante quando se trata de ensino de Filosofia, pois, conforme afirmam muitos teóricos¹¹, tais aulas devem passar, de alguma forma e em algum momento, pelo texto filosófico. Filosofar é, conforme afirma Severino (2009, p. 26), “[...] uma grande experiência coletiva, como, de resto, o é toda cultura humana.” O diálogo com a tradição filosófica, com os pensadores das diferentes épocas e lugares permite a indagação, a reflexão e a compreensão de nossa realidade atual. Só posso pensar pensando e pensar envolve recuperar aquilo que já foi pensado. Quanto a este aspecto, ou seja, o da presença do texto de Filosofia em sala de aula, não há discordância entre os teóricos citados. A divergência entre eles está localizada no modo como essa apropriação será realizada, nos critérios e na mediação docente.

A questão relativa ao lugar do texto de Filosofia é bastante controversa e polêmica. Seria o texto filosófico o lugar onde se encontra a Filosofia? Onde estariam os problemas filosóficos? Se a pretensão da Filosofia é a compreensão da realidade atual, por que ir aos antigos, ou seja, por que sempre estamos com o “pé” no passado? Não seria mais pertinente o trabalho apenas com textos de jornais, revistas, com vídeos, enfim com elementos mais próximos dos estudantes? Não seria mais adequado o trabalho com comentadores? “[...] Por que ler os clássicos em vez de concentrar-nos em leituras que nos façam entender mais a fundo o nosso tempo? [...]” (CALVINO, 1993, p.14). Não seriam os textos de Filosofia muito complicados, difíceis, complexos aos estudantes de Ensino Médio? Tal perspectiva não geraria, por conta das deficiências educacionais de professores e estudantes, um afastamento do filosofar?

A pesquisa desenvolvida no PDE, que será explicitada neste trabalho final - porém não seguirá os itens apontados - foi organizada de acordo com os seguintes momentos: 1 – A construção de Projeto de Intervenção Pedagógica para estudantes de 1ª e 3ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual do Paraná; 2 – Produção Didático Pedagógica; 3 - Grupo de trabalho em Rede (GTR) com 17 professores de Filosofia que desenvolveram o Projeto de Intervenção proposto pelo professor

¹¹ SEVERINO (2009), GHEDIN (2009), CUNHA (2009), HORN (2010), OLIVEIRA (2004), COSSUTA (2001), FOLSCHIED (2006), NUNES (2010), PORTA (2007), RODRIGO (2009), GALLO (2009),

pesquisador PDE e posteriormente socializaram suas experiências via Plataforma Moodle; 4 – Implementação do Projeto na escola pelo professor pesquisador PDE. Importante esclarecer que todo o trabalho foi desenvolvido a partir de várias orientações do Prof. Dr. Geraldo B. Horn e de cursos ofertados pela Universidade Federal do Paraná.

1 O ENSINO DE FILOSOFIA A PARTIR DO TEXTO FILOSÓFICO

A leitura e a escrita são elementos essenciais ao processo de ensino aprendizagem, ao processo de construção do conhecimento. Educação é comunicação e a leitura e a escrita são formas destacadas de comunicação. Assim, no que tange à atividade filosófica em sala de aula, a leitura e a escrita são mediações fundamentais para o desenvolvimento do modo filosófico de pensar.

A escrita, representação da oralidade por meio de signos, é possibilidade de manutenção da memória diante das mudanças temporais. De acordo com Severino (2009) é a escrita

[...] uma das formas privilegiadas da construção do acervo cultural da humanidade, da cultura como acervo de significações produzidas e acumuladas pela espécie, dos sistemas simbólicos que mais têm capacidade de guardar, sinteticamente, volumes maiores de saberes, de experiências vividas, de significados que, sem ela, perderiam-se ao longo da passagem corrosiva do tempo. (SEVERINO, 2009, p. 6).

Ler e escrever são atividades e instrumentos extremamente importantes, essenciais para o processo reflexivo, e tais habilidades não são atingidas de maneira inata: aprende-se a ler lendo e a escrever, escrevendo. Ações dessa natureza devem ser destacadas no ensino de filosofia, pois o aprendizado da leitura e escrita e sua prática constante significam “aprender a pensar melhor” (GHEDIN, 2009, p. 155).

Esclareça-se que a Filosofia não tem a tarefa de ensinar a ler e a escrever, mas precisa usar das mediações da leitura e da escrita, [...] como uma modalidade de desenvolvimento do pensamento dos alunos, como forma de ampliar seu universo interpretativo, permitindo que elaborem sentidos para o conteúdo filosófico mediante a construção de significados (GHEDIN, 2009, p. 160).

O trabalho com a leitura e a escrita é atividade essencial à formação do estudante, responsabilidade, pois, de todas as disciplinas escolares, uma vez que o exercício da cidadania requisita o domínio da língua também nesses dois níveis. A Filosofia na escola pode significar o espaço de experiência filosófica, espaço de provocação do pensamento original, da busca, da compreensão, da imaginação, da análise e do contato com os conceitos filosóficos.

Trata-se, então, de levar esses adolescentes a experienciar essa atividade reflexiva de compartilhamento desse processo de construção de conceitos e valores, experiência eminentemente pessoal e subjetivada, mas que precisa ser suscitada, alimentada, sustentada, provocada, instigada. Eis aí o desafio didático com que nos deparamos (SEVERINO, 2004, p.108).

Ao deparar-se com problemas¹², e esses problemas não estão “[...] prontos, esperando simplesmente que o professor os tome [...]” (PORTA, 2007, p. 26), por meio da leitura dos textos filosóficos, espera-se que o estudante possa pensar, discutir, argumentar e que, nesse processo, crie e recrie para si os conceitos filosóficos. O trabalho com o texto filosófico clássico, pois, caracteriza-se como atividade fundamental para o exercício de sua própria experiência filosófica.

Os textos filosóficos são elementos essenciais para a compreensão do mundo no qual estamos inseridos, da “cultura¹³ ocidental¹⁴”. Pois, conforme afirma

¹² Segundo Porta (2007, p. 15), um dos grandes empecilhos quanto ao entendimento da filosofia é o de não se entender o “problema” tratado por esta ou aquela filosofia. “[...] a compreensão do problema deve constituir o núcleo essencial, o eixo, tanto do ensino quanto da aprendizagem da filosofia. Não é possível ‘entender’ filosofia se não se entende ‘o problema’ abordado por um filósofo.”

¹³ Gramsci no artigo Socialismo e Cultura, escrito em 29 de janeiro de 1916 e publicado no jornal operário *Il grido del popolo*, procura articular a relação existente entre socialismo e cultura. Neste artigo procura, assim como em muitos outros, formar politicamente a classe operária. Gramsci ao aproximar dois fragmentos, de dois pensadores, – Novalis e Vico - estabelece os princípios e limites para uma compreensão do conceito de cultura em relação ao socialismo. Para o filósofo italiano a cultura não é um saber enciclopédico, o homem não deve ser visto como o receptáculo de dados brutos a serem classificados pelo cérebro e podendo posteriormente mediante algum estímulo externo responder a cada questão concreta. Esta compreensão é prejudicial principalmente ao proletariado, pois não possibilita a compreensão do valor histórico, da compreensão da própria vida, dos direitos e deveres dos trabalhadores, da crítica a sociedade capitalista e da formação da consciência unitária do proletariado

¹⁴ A modernidade, caracterizada por uma concepção eurocêntrica, apropriou-se do conceito de cultura tendo em vista sua afirmação perante outros povos. A ideia de cultura ocidental exprime uma concepção burguesa de cultura, uma compreensão do dominador, daquele que se apropriou do conceito de cultura buscando afirmar uma dada perspectiva de mundo, ela é a expressão de uma determinada sociedade. A burguesia se apropriou do conhecimento produzido historicamente e o interpretou em consonância a seus interesses. O mesmo não se deu com o proletariado que acaba repetindo a ideologia burguesa. Segundo Gramsci (1891-1937) cultura é o “exercício do pensamento, aquisição de ideias gerais, hábito de conectar causa e efeito. [...] todos já são cultos porque todos pensam, todos conectam causas e efeitos. Mas o são empiricamente, primordialmente, não organicamente. Portanto, oscilam, dispersam-se, abrandam-se ou se tornam violentos, intolerantes,

Roberto Gomes (2008, p. 21), “Sempre que uma razão se expressa, inventa Filosofia. O que chamamos de Filosofia grega nada mais é do que o *strep-tease* cultural que a Razão grega realizou de si mesma”. Assim, os textos clássicos de filosofia possibilitam o diálogo com pensadores que nos precederam, com a tradição filosófica.

Exceto no caso de um gênio capaz de reinventar tudo pelas próprias forças, a filosofia não escapa a essa regra comum da cultura que impõe a cada um apoiar-se nos outros para se alimentar e crescer. Desde a aprendizagem da língua materna, a educação se faz por uma retomada de herança. Nesse sentido, todo leitor comporta-se normalmente como vampiro. Se você vier a ser filósofo, será por sua vez vampirizado. Essa é a lei da espécie (FOLSCHIED e WUNENBURGER, 2006, p. 06-07).

Os textos filosóficos representam a memória da construção filosófica do ocidente¹⁵ também a leitura e a escrita são as formas de expressão mais estáveis ocupando assim lugar de destaque quando se trata do ensino de filosofia. A relação direta e constante com os textos clássicos de Filosofia é algo necessário, fundamental, pois desenvolver um pensamento pela confrontação de outros pensamentos é o único caminho para que se efetive com qualidade o ensino de filosofia (FOLSCHIED e WUNENBURGER, 2006, p. 6).

O “[...] texto é um conjunto de signos lingüísticos que codificam uma mensagem” (SEVERINO, 2009, p. 09) e que possibilita a comunicação entre pessoas, entre consciências, permitindo acontecer a intersubjetividade. Etimologicamente, a palavra texto (latim: *textus*) significa narrativa, exposição e está associada à ideia de tecido. Assim, texto significa

[...] a composição de significados por meio de entrelaçamento físico de sinais apropriados. Um conjunto de palavras formando uma frase escrita, por exemplo, constitui um texto, pois há composição de significados, formando nomes, verbos, artigos, etc., e entrelaçamento de sinais, letras, traços fisicamente construídos sobre o papel ou sobre a rocha, o mármore, enfim, qualquer outro suporte de escrita ou de inscrições. Mas também consideraremos texto todo objeto portador de mensagem. Assim existem os textos orais, visuais, auditivos (CUNHA, 2009, p. 52).

briguetos, ao sabor dos acasos e das contingências. Para que se entenda melhor, tenho um conceito socrático de cultura: creio que seja um pensar bem, qualquer coisa que se pense e, portanto, executar bem, qualquer coisa que se faça. E, assim como sei que a cultura é, também ela, um conceito básico do socialismo [...]” (SCHELESNER, 2009, p. 279)

¹⁵ Quando se reporta a cultura ocidental é preciso considerar que este conceito é a expressão da hegemonia da cultura do ocidente em relação a todas as outras culturas. Assim, em uma perspectiva gramsciana o que tornaria uma cultura com valor universal seria sua integração a cultura europeia.

Existem diferentes tipos de textos, como os filosóficos, literários, poéticos, históricos, científicos, sagrados e, ressalta-se a afirmação de Cunha (2009, p.53) ao afirmar que:

[...] existem textos especificamente filosóficos,- que são aqueles que tratam de formular questões no fundo irrespondíveis senão *pelo* debate argumentativo – quanto textos não-filosóficos, que podem receber interpretações filosóficas por associação de sentido de suas expressões ou metáforas com questões somente abordáveis por meio de argumentos. Exemplos desse tipo são letras de música, poemas, literatura e obras de arte.

O que caracteriza um texto clássico de filosofia? Qual ou quais as especificidades de um texto clássico de filosofia?

Os textos filosóficos são os consagrados pela tradição, são os dos filósofos conhecidos da História da Filosofia, como, por exemplo: Platão: *A República*; Aristóteles: *Ética a Nicômaco*; Voltaire¹⁶: *Cândido ou o Otimismo*¹⁷; Rousseau: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*; Nietzsche: *Genealogia da Moral*; Wittgenstein: *Investigações Filosóficas*).

Apesar da existência de diferentes estilos de textos filosóficos (diálogo, tratado, resumo, ensaio, poema, aforismo, confissão, carta etc), podemos observar em todos eles a presença de alguns elementos gerais. O texto filosófico pode ser

¹⁶ Voltaire, ou François-Marie Arouet (1694-1778) foi um dos filósofos mais importantes do Iluminismo francês e um dos mais polêmicos da história da filosofia. Isto se deve principalmente à ironia, ao sarcasmo presente em seus contos e que contribuíram para a queda do Antigo Regime na França. Segundo Brandão (2008, p. 13), a Filosofia de Voltaire está situada no centro do debate do século XVIII, estabelecendo relações com os grandes sistemas filosóficos da época em destaque, Leibniz, Descartes, Malebranche, Newton, Locke, Montaigne, Pierre Bayle, Shaftesbury, Pascal e outros. Voltaire também é conhecido amplamente pela divulgação do pensamento de Locke e Newton. Dentre todos seus textos, os mais conhecidos são os contos, narrativas breves nas quais procurava desenvolver, por meio de personagens fictícios, uma investigação filosófica, uma crítica a determinada filosofia e a defesa de outra ou outras correntes filosóficas. As personagens apresentadas nos contos do *philosophe* são vozes de uma determinada concepção de mundo, são como bonecos nas mãos de um ventríloquo. Vale mencionar que Voltaire foi o grande propagador das mais importantes doutrinas filosóficas existentes no século XVIII e foi em grande medida responsável pela difusão de algumas das ideias mais importantes para a Revolução Francesa. Outro aspecto interessante da filosofia de Voltaire é o denominado jogo onomástico presente principalmente em seus contos, isto é, os nomes dos personagens e dos lugares têm como objetivo central a exposição de determinada concepção filosófica. Tal observação pode ser feita já a partir do título da obra, em que o termo *Cândido* significa ingenuidade, pureza, candura e que também faz menção à filosofia de Locke, pois *Cândido* é como uma página em branco a ser preenchida pela experiência.

¹⁷ Nascimento (1993, p. 57) afirma que “a característica mais importante dos contos voltarianos é a sua dupla estrutura, na qual a narração dos fatos é apenas um pretexto para a investigação filosófica. Através dos personagens e situações, o autor coloca em cena sua concepção do mundo. A verdade, em vez de se manifestar numa cadeia de raciocínios, como ocorre num texto filosófico tradicional, mostra-se nos contos por meio da manipulação dos personagens que, como se fossem marionetes, agem sempre conforme a orientação do autor.”

caracterizado pela busca da universalidade e, para chegar a isto, “[...] deve apagar as marcas de sua particularidade, a qual, no entanto, todo olhar dirigido à história atesta com evidência” (COSSUTA, 2001, p. 04). Toda obra filosófica, mesmo quando a perspectiva é singular (existencialismo), nunca “[...] deixa de generalizar seu ponto de vista¹⁸” (Idem, p. 05). “[...] todo texto filosófico tenta mediatizar a relação do particular ao universal, e o que torna as filosofias contraditórias é o que as aproxima.” Ou ainda “[...] toda filosofia deve, implícita ou explicitamente validar sua própria possibilidade enunciativa”. (Ibidem, p. 05); Nos textos filosóficos, segundo Folscheid e Wunenburger (2006, p.14), “a forma está inteiramente submetida à mensagem a comunicar”, ou seja, a estrutura, a mensagem presente no texto está “inteiramente redutível a um pensamento racionalmente conduzido, que se move exclusivamente no universo conceitual.” Segundo Porta (2007, p. 52) em um texto de filosofia não se “contam coisas”, “notícias”, o objetivo “não é transmitir informações”, por isso o texto filosófico é sempre “objeto de análise” e não “fonte de informação”. É preciso ressaltar que o texto de filosofia possui como característica central a universalidade, e isto é o que torna o texto filosófico sempre atual, porém todo texto foi produzido em um determinado contexto e que sempre carregará as marcas daquele ou daqueles que o construíram.

Para o escritor Ítalo Calvino¹⁹, clássicos “são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: ‘Estou relendo...’ e nunca ‘Estou lendo ...’” (CALVINO, 1993, p. 09). Um texto clássico é aquele que por mais que o tenhamos lido, nunca tem seus sentidos esgotados, sua leitura é sempre uma releitura. E quanto mais maduros e mais experientes formos, maiores serão as possibilidades de apreciarmos os elementos que compõem um texto clássico. “[...] as leituras da juventude podem ser

¹⁸ É possível encontrar as razões do texto apelando apenas para o próprio texto? A perspectiva analítica aponta nessa direção, ou seja, de que a razão para a leitura do texto está no próprio texto. Seria possível ler Marx com a preocupação única da lógica interna de seus textos? Existe um discurso filosófico autônomo, sem um determinado contexto, sem um “inimigo”? Não seria este um dos motivos da atual irrelevância social e política da Filosofia? Segundo Danilo Marcondes e Irley Franco (2011, p. 24), citando William James Durant, “[...] a filosofia está morta. [...] ninguém mais pensaria hoje em condenar à morte um filósofo por expressar suas ideias, como fizeram com Sócrates e Giordano Bruno, por exemplo, ‘não porque os homens tenham se tornado mais sensíveis quanto a matar alguém, mas porque não há nenhuma necessidade de matar os que já estão mortos’”.

¹⁹ Ítalo Calvino (1923-1985) nasceu em Cuba e ainda criança foi para a Itália. Fez parte do Partido Comunista, lutou contra o fascismo, é considerado um dos maiores escritores europeus do século XX. Em sua obra Por que ler os clássicos (1993), que reúne os principais ensaios e artigos que escreveu, apresenta um ensaio denominado “Por que ler os clássicos”. Neste, cita 14 definições de clássicos e motivos para lê-los.

pouco profícuas pela impaciência, distração, inexperiência das instruções para o uso, inexperiência da vida” (Idem, p. 10).

Uma das recomendações feitas por Calvino (Ibidem, p. 12) é a de procurar sempre a leitura direta dos textos originais e evitar ao máximo a “possível bibliografia crítica, comentários, interpretações.”

A escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão; mas fazem de tudo para que se acredite no contrário. Existe uma inversão de valores muito difundida segundo a qual a introdução, o instrumental crítico, a bibliografia são usados como cortina de fumaça para esconder aquilo que o texto tem a dizer e que só pode dizer se o deixarmos falar sem intermediários que pretendam saber mais do que ele (CALVINO, 1993, p. 12).

O grande desafio colocado hoje aos que ministram aulas de filosofia no Ensino Médio é saber usar os textos de filosofia com os estudantes, e tratá-los sob o ponto de vista filosófico. Diante das carências, verdadeiras lacunas, na formação dos professores de Filosofia, principalmente quanto ao trabalho com os textos, como transpor os textos aos estudantes? Como desenvolver o “gosto” pela leitura dos textos filosóficos? “Por que ler os clássicos em vez de concentrar-me em leituras que nos façam entender mais a fundo o nosso tempo?” (CALVINO, 1993, p. 14) “Onde encontrar o tempo e a comodidade da mente para ler os clássicos, esmagados que somos pela avalanche de papel impresso da atualidade?” (Idem, p. 14). Afinal, para que ler os clássicos? Para que ler os clássicos de filosofia? Para que servem? “A única razão que se pode apresentar é que ler os clássicos é melhor do que não ler os clássicos” (Ibidem, p. 16).

Os textos filosóficos, conforme já afirmado, são indispensáveis ao trabalho com a disciplina de filosofia, pois são eles os responsáveis pela transmissão daquilo que foi pensado pelos filósofos, pela transmissão da tradição²⁰. O ensino de Filosofia

²⁰ Por tradição compreende-se aquilo que uma geração transmite a outra, a herança cultural, ou seja, as crenças, técnicas, costumes e valores existentes em determinada sociedade e que são passados de geração para geração. *Traditio*, cuja tradução em português é ‘tradição’, deriva do verbo ‘*tradere*’ que é composto da partícula latina ‘*trans-*’ e do radical do verbo ‘*dare*’. ‘*Dare*’ significa ‘dar’, ‘conceder’, ‘oferecer’ e ‘*trans-*’ exprime a passagem de um lugar para o outro, exprime ‘transmissão’. *Traditio* significa, assim, o que foi dado de um lugar para o outro, que foi concedido de uma parte para outra. (ORLANDI, 2008, p. 56) Cabe aqui uma contraposição à ideia de “transmissão da tradição”. Afinal, de que serve e principalmente a quem serve a tradição hoje? Diante de um sistema educacional voltado ao trabalho de que adianta a tradição? Qual a sua importância? A tradição aqui não é compreendida em seu aspecto doutrinário, de história de grandes sistemas e sim enquanto colaboração dos filósofos que instauraram questões que nos levam a pensar e que apontaram

passa de alguma forma, pela leitura e interpretação daquilo que foi produzido pelos filósofos, pela tradição. É pela leitura dos clássicos que entramos em contato com os diferentes problemas filosóficos e as diferentes maneiras encontradas pelos filósofos para tratar esses problemas.

Antes de mais nada, todo procedimento filosófico encontra diante de si uma história, um passado. Não poderíamos fazer como se começássemos a filosofar sozinhos e pela primeira vez. Filosofar é, em primeiro lugar, colocar-se em presença de uma filosofia anterior. Entretanto, isso não significa inclinar-se diante de uma tradição, como se festejam os santos; as grandes filosofias são algo bem diferente de obras-primas insuperáveis que suscitariam a veneração e que deveríamos visitar como um museu. Ao contrário de uma fria historiografia, a história da filosofia deve servir para descobrir pensamentos vivos em ação, para encontrar filosofias em ato, através das quais possamos dar a nosso próprio pensamento um suporte, um quadro para orientá-lo. Por isso a prática da filosofia é, antes de mais nada, inseparável de uma freqüentação de textos que devemos aprender a ler, a explicar e a comentar. Por essa prática podemos esperar reconstituir escrupulosamente o trabalho do pensamento de outrem, evitando os estereótipos escolares que simplificam as obras, contornando o obstáculo das palavras e a aparência enganosa das fórmulas prontas, ao mesmo tempo em que situamos as filosofias em itinerários, contextos, sistemas coerentes, que as liberam de todo peso histórico e as elevam à categoria de pensamento vivo e atual (FOLSCHEID, 2006, p. X-XI).

Embora reconheçamos a importância da presença e do uso do texto de filosofia com os estudantes de Ensino Médio, tal questão requer melhor fundamentação, pois se corre muitas vezes o risco de mistificar o texto clássico de filosofia e considerar que a relação com o texto seja “o todo da atividade filosófica”, não buscamos limitar o ensino de filosofia

ao reducionismo empobrecedor da “onipotência do texto”, que não só faz do trabalho com o texto a modalidade privilegiada da atividade filosófica, mas que tende também a reduzir a esse trabalho [e a entender a partir dele] toda outra forma de atividade filosófica, de tal modo que ela perde sua especificidade e o original de sua oportunidade (PORTA, 2007, p. 95).

Tratar da onipotência do texto da leitura e exegese dos textos de filosofia requer uma breve retomada do ensino de filosofia no Brasil.

Em um primeiro momento a presença do ensino de filosofia ocorreu em função da presença dos jesuítas em terras Tupiniquins. Não se pode desconsiderar

diferentes modos de tratar tais questões. Segundo Marcondes (2004, p. 60) “A tradição filosófica é uma história de grandes polêmicas, mais do que da formação progressiva de um saber ou da constituição de uma doutrina.”

a influência jesuítica na educação brasileira, porém, com a chegada da missão francesa na década de 1930 e a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 ocorrerá a propagação do ensino de filosofia no Brasil (PIMENTA, 2008). A partir disto, identifica-se a instauração de um processo de formação de estudos e pesquisas filosóficas no Brasil, especialmente em São Paulo.

Paulo Eduardo Arantes em seu livro *Um Departamento Francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana* (1994) faz uma reconstrução histórica da introdução da Filosofia no Brasil e da criação do curso de Filosofia na Universidade de São Paulo (USP). A questão central da obra é a influência da filosofia europeia, principalmente a francesa, na constituição ou estabelecimento da filosofia no Brasil. “Nossa bruxuleante curiosidade filosófica, como é sabido, sempre viveu à mercê das marés ideológicas da metrópole, literalmente a reboque dos vapores da linha da Europa [...]” (ARANTES, 1994, p. 61) Segundo ele ocorreu no Brasil a partir de 1935 a importação de um Departamento Francês de Filosofia, “[...] peça por peça [...] juntamente com as doutrinas consumidas ao acaso dos ventos europeus e dos achados de livraria, a própria usina que as produzia em escala acadêmica.” (Idem)

A presença francesa significava o esclarecimento, a redenção da oligarquia burguesa paulista. Nossos “heróis civilizadores” estabeleceram o início da Filosofia no Brasil e principalmente as diretrizes para o ensino de filosofia: “[...] o ensino da filosofia deverá ser principalmente histórico” (Idem p. 71-72)

[...] é inconcebível que se aprenda filosofia – e seria preciso pôr aspas no verbo – sem que os autores sejam lidos, e *dans le texte*. Outra marca de nascença, ou vício de origem, se anteciparmos o desdobramento desse impulso inicial: história quer dizer aqui simplesmente retorno aos textos eles mesmos, com perdão do compreensível galicismo. Também neste passo das diretrizes fixadas por Maugüé, tal consequência escolar era estritamente kantiana, além de reproduzir no plano miúdo da rotina acadêmica (cujo peso afinal era decisivo) um dos mandamentos da filosofia universitária francesa. Se é verdade que não se pode jamais ensinar filosofia a não ser historicamente, como queria Kant, a leitura dos clássicos vem a ser o único meio de aprender filosofar. (ARANTES, 1994, p. 72)

O ensino de Filosofia no Brasil foi instituído sob os preceitos do ensino de Filosofia francês. A aquisição metódica de um senso de compreensão das ideias, de se estabelecer critérios, de discernir os bons livros dos ruins e principalmente o aprendizado da leitura e exegese dos textos clássicos de Filosofia.

[...] Vem sem dúvida daí – e nem poderia ser de outro modo – nosso apego à interminável ruminção de textos, a ponto de até hoje confundir-se nos meios uspianos filosofia e explicação de texto, provocando de um lado a demagogia da direita, que nestas paragens costumava transpirar “autenticidade” (os filisteus da USP não são filósofos, quando muito filólogos esforçados) e pondo, à prova, por outro lado, a paciência da esquerda, sempre inconformada com tamanha assepsia. (ARANTES, 1994, p. 75)

Esta metodologia consistirá no Brasil na metodologia por excelência para o ensino de filosofia. A implementação do modelo francês teve em Martial Gueroult (1891-1976), professor de História da Filosofia na Sorbonne e no Collège de France, sua expressão mais conhecida, porém sua difusão ocorreu em função de um texto introdutório do livro *A religião de Platão (Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos)* escrito por Victor Goldschmidt (1914-1981). Nesta perspectiva, segundo Pimenta (2008, p. 125) não existiria filosofia sem a história da filosofia, assim estudar filosofia se circunscreveria a “compreensão dos conceitos e da ordem interna do texto filosófico.” Na USP a pesquisa em filosofia foi inspirada pela “[...] busca da identificação e da reconstrução da ordem interna ou ordem das razões [...]” (Idem, *Ibidem*).

Na perspectiva de leitura estruturalista dos textos filosóficos, o texto filosófico é reduzido a uma abordagem filológica, puramente exegética, assim a obra filosófica é tratada como “um ser”, algo apartado do mundo, e o trabalho do leitor filósofo seria a de adentrar na obra pela análise textual. Tal perspectiva é muito presente em muitos cursos de Filosofia do Brasil por conta de sua constituição histórica.

Denilson Soares Cordeiro apresentou em 2008 sua tese, cujo título era *A formação do discernimento: Jean Maugüe e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil*, ao programa de Pós-graduação do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Na introdução (p. 11-12) o autor faz referência a um momento inicial de sua formação em filosofia no qual explicita a metodologia de ensino de Filosofia.

Meu primeiro seminário no curso de Filosofia teve como base um texto de Rudolf Carnap, intitulado “A superação da metafísica pela análise lógica da linguagem”, como parte de uma discussão que se estabeleceria com o seminário sobre o texto “O que é metafísica?” de Heidegger. Nossa apresentação procurou refazer o caminho de argumentos e contra-argumentos filosóficos, mas não nos passava despercebido o registro das

consequências políticas na divergência de princípios que levaria o Círculo de Viena de Carnap e Schilick para o exílio americano e o filósofo da Floresta Negra a deixar-se levar pelo canto da sereia da onda antisemita. Mas, como recomendavam e exigiam, não convinha tentar falar de História em se tratando Filosofia. (CORDEIRO, 2008, p. 11-12)

Ao se referir a Paulo Arantes e aos procedimentos utilizados nas aulas no curso de filosofia de seu orientador, Cordeiro (2008, p. 13) afirma que o curso começava com a seguinte afirmação: “[...] o que vamos estudar neste semestre vai, com sorte, nos ajudar a ler melhor os cadernos de cultura da imprensa. [...] Mas e os “clássicos” Perguntavam os fiéis do método? E os comentadores?”

Assim em muitos cursos de Filosofia ocorreu e ainda ocorre o debruçamento sobre os textos filosóficos, a leitura estruturalista dos textos, a extrema especialização filosófica, sem relevância social e política, sem presença na imprensa, uma fala para si mesmo, disputas puramente filológicas e herméticas. Dessa maneira, o texto de filosofia precisa ser concebido enquanto instrumento para se pensar e repensar o presente, para que a existência seja problematizada e não para ser simplesmente comentado. Seria possível ler Marx com a preocupação única da lógica interna de seus textos? Existiria uma autonomia do discurso filosófico? Não seria um contrassenso “entrar” no texto filosófico como se ele não tivesse contexto, “adversário”, indiferentes a sociedade a qual estamos inseridos? Não seria necessário hoje pensar em uma nova “refuncionalização” do texto de Filosofia? Ou será que tal perspectiva engendraria uma “dogmatização” do estudante de Ensino Médio?

Para Horn (2013) existem, quanto ao trabalho com os textos de filosofia em sala de aula, três teses. A primeira apresenta a ideia de que apenas é possível ensinar filosofia com o texto filosófico. Tal perspectiva está fundamentada na “etiqueta estruturalista”, na leitura estrutural e em uma tendência de sacralização dos textos, própria da academia. A segunda tese é a de que não é necessário, nem possível ensinar filosofia no Ensino Médio utilizando o texto como tecnologia central. E esta orientação advém de professores não formados em filosofia e/ou das condições adversas da escola²¹. A terceira possibilidade, que não exclui em

²¹ As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 27), citando Silveira (1991, p. 142) apontam que “[...] Dizer que se pode ensinar filosofia apenas pedindo que os alunos pensem e reflitam sobre os problemas que os afligem ou que mais preocupam o homem moderno sem oferecer-lhes a base teórica para o aprofundamento e a compreensão de tais problemas e sem recorrer à base histórica da reflexão em tais questões é o mesmo que numa aula de Física pedir que os alunos

absoluto as outras, defende a aproximação do texto filosófico em sala de aula não como a única e exclusiva possibilidade. É possível ensinar filosofia com qualquer texto, porém preferencialmente com o texto filosófico, pois ensinar filosofia sem a presença do texto de filosofia acarretaria afastamento do conteúdo e do método filosófico.

A principal questão é como chegar às questões filosóficas de forma significativa, como desenvolver o “filosofar” com os estudantes e não apenas “ler” o texto de filosofia? Como encontrar o equilíbrio no uso do texto de Filosofia e não desenvolver no Ensino Médio uma espécie de propedêutico do curso de graduação em Filosofia? Como desenvolver esta experiência de pensamento, que é a filosofia, sem cair no vazio e ao mesmo tempo não criar em nossos estudantes uma repulsa pela Filosofia? Como não transformar textos de Filosofia que representam uma fonte preciosa, um verdadeiro “talismã”, conforme nos diz Calvino (1993), de conhecimento, de teses, conceitos e problemas, em algo torturante, hermético, lacunar? Com certeza tais questões darão uma boa tese.

2 ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICAS NA ESCOLA

O Projeto de Intervenção desenvolvido no Colégio Estadual do Paraná partiu da necessidade de observar, analisar e compreender os limites e possibilidades do uso do texto de filosofia nas aulas de filosofia no Ensino Médio e as possíveis formas de aprendizado com os textos filosóficos.

O Projeto e sua respectiva implementação está fundamentado nos materiais produzidos pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR.) entre os anos de 2003 e 2009, apontados anteriormente, em destaque: 1) Diretrizes Curriculares de Filosofia;²² 2) Livro Didático Público de Filosofia;²³ 3) Antologia de

descubram por si mesmos a fórmula da lei da gravitação sem estudar Física, esquecendo-se de todas as conquistas anteriores naquele campo, esquecendo-se do esforço e do trabalho monumental de Newton.”

22 As Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio do Paraná foram elaboradas entre os anos de 2006 e 2008 com a participação de professores da Rede Pública de Ensino, sob a coordenação do Departamento de Educação Básica e com a colaboração de professores/as de instituições de ensino superior. Trata-se de um documento que orienta os professores de Filosofia quanto aos possíveis conteúdos a serem ensinados, a metodologia e a avaliação.

23 O Livro Didático Público de Filosofia foi produzido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Os capítulos são organizados seguindo os conteúdos propostos pelas Diretrizes de Filosofia.

textos filosóficos²⁴. Nestes materiais pode-se perceber determinadas compreensões acerca do texto de filosofia e que serviram de subsídio para o trabalho com os estudantes de Ensino Médio, procuraremos a seguir explicitar como o texto está presente nestes materiais, suas respectivas imbricações e em seguida expor a produção didático-pedagógica.

1) **As Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio do Paraná (2008)** atribuem sentidos diferentes, mas não desconectados, quanto ao uso do texto clássico de filosofia. Existem, segundo Horn (2010, p. 32) “três sentidos diferentes, mas interligados entre si:”

[...] a) o uso do texto indicado como centro do processo pedagógico, como tecnologia sem a qual não se pode falar em aula de Filosofia; b) como recurso necessário, no entanto, sem indicar como tratar um texto filosófico do ponto de vista didático pedagógico, muito menos de modo filosófico; ou seja, não estabelece nenhuma orientação em relação à análise de textos; c) indicado como referência, apontando para alguns cuidados como não tomar o texto como fim, não estabelecer uma leitura linear, formal ou simplesmente cadastrada (HORN, 2010, p. 32).

Os três sentidos apontados anteriormente podem ser percebidos essencialmente na leitura do trecho seguinte retirado das Diretrizes Curriculares de Filosofia para o Ensino Médio do Paraná (2008)

[...] os conteúdos estruturantes devem ser trabalhados na perspectiva de fazer com que os estudantes pensem os problemas com significado histórico e social e analisem a partir dos textos filosóficos que lhes forneçam subsídios para que pesquisem, façam relações e criem conceitos. Ainda afirma que, ir ao texto filosófico ou à história da Filosofia não significa trabalhar de modo que esses conteúdos passem a ser a única preocupação do ensino de Filosofia. Eles serão importantes desde que atualizem os diversos problemas filosóficos que podem ser trabalhados a partir da realidade dos estudantes.

A atividade filosófica centrada, sobretudo no trabalho com o texto, propiciará entender as estruturas lógicas e argumentativas, levando-se em conta o cuidado com a precisão dos enunciados, com o encadeamento e clareza das ideias e buscando a superação do caráter fragmentário do conhecimento.

É preciso que o professor tenha uma ação consciente para não praticar uma leitura em que o texto seja um fim em si mesmo. O domínio do texto é necessário. O problema está no formalismo e no tecnicismo estrutural da leitura, que desconsidera, quando não descarta, a necessidade da compreensão do contexto histórico, social e político da sua produção, como também da sua própria leitura (PARANÁ, 2008, p. 52-53).

24 A Antologia de Textos Filosóficos (SEED/PR 2009) é composta de vinte e três (23) textos ou excertos de filósofos relevantes e visava dar suporte ao aprendizado filosófico.

O documento apresenta uma orientação didático-pedagógica denominada no texto “Encaminhamentos metodológicos”. Os estágios ou encaminhamentos são compostos de quatro momentos, – **Mobilização para o conhecimento, Problematização, Investigação e Criação de conceitos** –, sendo que o momento da investigação é denominado no texto “primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica” (PARANÁ, 2008, p. 60).

É imprescindível recorrer à história da filosofia e aos textos clássicos dos filósofos, pois neles o estudante se defronta com o pensamento filosófico, com diferentes maneiras de enfrentar o problema e, com as possíveis soluções já elaboradas, as quais orientam e dão qualidade à discussão (PARANÁ, 2008, p. 60).

2) O **Livro Didático Público de Filosofia (LDP)** foi construído pelos professores da rede pública de ensino do Paraná. Apesar de haver uma equipe encarregada de direcionar e principalmente estabelecer um formato na produção deste material, tal item não foi efetivamente observado, pois constata-se uma série de discrepâncias entre 21 (vinte e um) capítulos ou “Folhas” desenvolvidos. E tais antagonismos podem ser percebidos também quanto a presença do texto clássico? de filosofia. Na apresentação do LDP existe a seguinte observação quanto aos textos filosóficos:

Em cada Folhas se desenvolve um conteúdo específico, a partir do qual professores e estudantes podem levantar questões, identificar problemas e problematizar o conteúdo com o auxílio dos textos filosóficos. O texto filosófico, além de ser objeto de estudo com suas estruturas lógicas, argumentativas e precisão dos enunciados, também fornece subsídios para entender o problema e o conteúdo que está sendo estudado (PARANÁ, 2007, p. 10).

Constata-se, no entanto, apesar da afirmação introdutória ser de afirmação do texto filosófico, a carência em muitos capítulos de textos ou excertos filosóficos e a presença de comentários, tornando assim a única forma para se compreender determinado conceito filosófico.

O LDP de Filosofia, como todo manual, serve como ponte importante para o processo de ensino aprendizagem, auxilia o estudante chegar ao momento no qual se inicia o problema, a questão que segue é de como atravessar, como chegar às

questões filosóficas e ao que é significativo. Sem dúvida, um material introdutório válido, porém em si mesmo apresenta uma série de limites.

3) A **Antologia de Textos Filosóficos**²⁵ foi construída na perspectiva de possibilitar ao estudante de Ensino Médio o contato direto com os textos filosóficos, pois conforme assinalado na apresentação, é no texto filosófico “o lugar onde se encontra a Filosofia.” (PARANÁ, 2009, p. 6). Outra orientação existente na apresentação é a de que os textos da Antologia devem ser “somados aos materiais já existentes [...]” constituindo assim “[...] um importante suporte para o aprofundamento do ensino e refinamento da aprendizagem da Filosofia.” (Idem, p. 6)

A Antologia é um passo adiante no processo de legitimação da filosofia no Ensino Médio. A questão que se apresenta a partir de então é a de como desenvolver o trabalho, ou seja, como levar o texto clássico para sala de aula sem uma efetiva formação dos professores. Com o texto filosófico em sala de aula como tratá-lo sob o ponto de vista filosófico? Se o professor não possuir o mínimo de formação, o mínimo preparo, o texto clássico poderá causar desastres.

As Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná (2008), O Livro Didático Público (2007) e a Antologia de Textos Clássicos de Filosofia (2009), com seus limites e suas deficiências, que é algo presente em todo e qualquer material de

²⁵ A Antologia de Textos Filosóficos é composta de vinte e três filósofos. A ordenação foi feita seguindo o critério alfabético. Constan os seguintes filósofos e textos: **Agostinho de Hipona:** Confissões (excertos) Livro XI 26; **Aristóteles:** Política - excertos: (1252 a – 1253 b; livro III: 1274 b 30 a - 1276 a) – sobre o cidadão e a cidadania; **Avicena:** Epístolas; **Berkeley:** Ensaio para uma nova teoria da visão, Teoria da visão defendida e explicada; **Bornheim:** Gênese e metamorfose da crítica; **Descartes:** Meditações 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a (excertos); **Espinosa:** Tratado breve (2^a parte); **Foucault:** Poder e saber (entrevista a S. Hasumi), O poder, um magnífico animal (entrevista a M. Osório); **Gramsci:** A indiferença, A história, Cadáveres e idiotas, Rabiscos, O progresso no índice de ruas da cidade, Filantropia, boa vontade e organização, A sua herança, Os jornais e os operários, A luz que se apagou, Crônicas de L'Ordine Nuovo – IX, Crônicas de L'Ordine Nuovo – XXX; **Hegel:** Excertos e parágrafos traduzidos; **Hobbes:** Leviatã cap. XIII e XVII; **Hume:** Uma investigação sobre o entendimento humano (seção 8); **Kant:** Resposta à questão – o que é esclarecimento?; **Maquiavel:** Discursos sobre a 1^a década de Tito Lívio, O príncipe; **Marx:** Sobre a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução; **Merleau-Ponty:** Conversas 1^a, 2^a e 5^a; **Nietzsche:** Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral; **Platão:** Hípias Maior (Excertos), A República - Livro X (Excertos); **Rousseau:** Discurso sobre as ciências e as artes (excertos - 1^a e 2^a parte), Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (excertos – Prefácio; Discurso; 1^a parte e 2^a parte), Contrato Social (excertos – Livro I: capítulos 1; 3; 4; 6; 7; 8); **Sartre:** O existencialismo é um humanismo; **Schiller:** Cartas XII; XIV e XV; **Tomás de Aquino:** A realeza; **Voltaire:** Mulheres, sujeitai-vos aos vossos maridos, Providência, O século de Luiz XIV, Idéias republicanas por um membro do corpo.

orientação didática e metodológica, estão situados em um projeto que visa fundamentalmente a formação continuada dos professores, além da melhoria da qualidade de ensino, pois o acesso a estes materiais constituirá para muitos a possibilidade de desenvolvimento da leitura e de um alargamento quanto à compreensão de mundo.

Nos últimos anos, conforme assinalamos anteriormente, a ausência da Filosofia no currículo escolar gerou a carência de materiais didáticos, ou seja, a não existência da disciplina gerou um vácuo em relação à produção de materiais para seu ensino. Com o retorno da Filosofia ao Ensino Médio, constata-se uma intensa produção de livros, revistas, manuais, orientações, artigos, congressos, seminários etc, voltados ao ensino de filosofia. Claro que ao lado disso existe o interesse do mercado didático. Importante ressaltar que os materiais produzidos no Estado do Paraná foram elaborados por professores e professoras da rede pública de ensino, a partir de suas experiências, simbolizando a importância do trabalho coletivo.

As Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná visam orientar o trabalho do professor, pois até então não havia clareza, por parte dos professores da Rede Pública Estadual, de um referencial teórico e, principalmente, dos fundamentos teórico-metodológicos que orientassem as aulas de filosofia. As Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná sugere e define conteúdos básicos e os encaminhamentos metodológicos. O Livro Didático Público da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná (SEED/PR), que problematiza e desenvolve parte do recorte de um conteúdo ou autor da história da filosofia, enfatizando o aspecto não conteudista, não enciclopédico da filosofia, e sim a necessidade de problematizar, investigar e criar conceitos, é sem dúvida algo inovador e louvável. A Antologia é um passo adiante neste trabalho. O fato de que o texto filosófico está em sala, disponível aos professores e estudantes é algo extremamente positivo, porém não basta a produção de materiais, por melhor que sejam, sem que ocorra a formação continuada e de qualidade aos professores que ministram as aulas de filosofia.

As atividades trabalhadas com os estudantes partiram dos Conteúdos Estruturantes apresentados pelas Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná e em conformidade com o Projeto Político Pedagógico do Colégio, a Proposta Pedagógica Curricular e de forma específica com o Plano de Trabalho

Docente do professor. As Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná apresentam a seguinte organização de conteúdos:

1ª série do Ensino médio	2ª série do Ensino médio	3ª série do Ensino médio
1º semestre: Mito e Filosofia	1º semestre: Ética	1º semestre: Filosofia da Ciência
2º semestre: Teoria do Conhecimento	2º semestre: Filosofia Política	2º semestre: Estética

Porém, cabe uma ressalva importante, no Colégio Estadual do Paraná, os professores/as, por conta de uma série de questões que não cabem aqui serem explicadas, inseriram o Conteúdo Estruturante de Ética no 2º semestre da 1ª série do Ensino Médio, passando Teoria do Conhecimento para o 1º semestre do 2º ano, ficando os conteúdos da seguinte forma:

1ª série do Ensino médio	2ª série do Ensino médio	3ª série do Ensino médio
1º semestre: Mito e Filosofia	1º semestre: Teoria do Conhecimento	1º semestre: Filosofia da Ciência
2º semestre: Ética	2º semestre: Filosofia Política	2º semestre: Estética

As ações foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2014. Procuraremos de forma sucinta apresentar o trabalho realizado com os estudantes e principalmente analisar qualitativamente os resultados, principalmente no que tange o texto de filosofia.

O trabalho desenvolvido com os estudantes de Ensino médio noturno do Colégio Estadual do Paraná (1ª série A e B e 3ª série A, B e C) tratou dos Conteúdos Estruturantes de **Mito e Filosofia e Filosofia da Ciência** e seguiu os encaminhamentos metodológicos propostos pelas Diretrizes Curriculares de Filosofia

do Estado do Paraná (PARANÁ, 2008). O trabalho docente contou com a utilização de textos filosóficos, textos literários, trechos de filmes, imagens, charges, etc.

1ª série: Mito e Filosofia

Conforme exposto na justificativa das orientações metodológicas o entendimento do surgimento da filosofia depende de um estudo das condições históricas que fizeram com que os gregos antigos substituíssem o registro de explicação da realidade utilizado até então: o mito. Para a compreensão das características da filosofia em seu nascimento é necessário entender certas características da poesia mítica. Assim, o material produzido buscou fundamentalmente comparar os discursos produzidos no contexto grego antigo e favorecer o estudante no entendimento da multiplicidade de explicações acerca da realidade com as quais convive e perceber suas origens no discurso racional e no discurso mítico.

O material produzido para os estudantes da 1ª série teve como objetivo explorar as estruturas do modo mítico de explicar a realidade e esclarecer um dos recursos que o homem utiliza para dominar e entender as coisas. Maiores considerações acerca disso podem ser obtidas nas orientações metodológicas do material didático-pedagógico.

Mobilização e problematização: leitura em grupo de dois textos que tratam de São Nicolau, bispo da Igreja Católica e do mito do Papai Noel. O objetivo da leitura era de possibilitar o entendimento de como os mitos são construídos. Também foi exibido trechos da História de Zeus (<http://www.youtube.com/watch?v=a2FO24PxTbE&list=PL64206B677A4EFA95&index=11>) disponível no Youtube com o nome Confronto dos Deuses.

Investigação e criação de conceitos: A investigação e criação de conceitos ocorreu a partir de material elaborado pela Secretaria de Estado da Educação e disponível aos professores da rede estadual de ensino no portal diaadiaeducacao.pr.gov.br.

Segue trecho do material utilizado com os estudantes (p. 24-25)

Mitologia grega²⁶

Na antiguidade diferentes povos elaboravam histórias sobre deuses, heróis e criaturas fantásticas e tais histórias eram repassadas de uma geração para outra nos rituais religiosos, nas festividades ou simplesmente nas conversas diárias. Essas histórias são denominadas de mito²⁷. Em semelhança a esses povos, os gregos antigos também formularam histórias sobre deuses, heróis e criaturas fantásticas. O que ocorreu especificamente com este povo foi que, a partir do séc. VI a.C., o modo mítico de produzir discurso foi criticado e lentamente substituído²⁸ por uma nova modalidade de discurso: a filosofia.



Quais são, contudo, as características do mito que o tornam diferente do discurso filosófico?

Os mitos eram narrativas fantásticas transmitidas na Grécia antiga (séc. XX – VI a.C.) de forma oral pelos poetas e cantores da época: os rapsodos e os aedos. Neles eram relatadas as aventuras e lutas das divindades como Zeus, Apolo, Afrodite e dos heróis como Hércules, Teseu e Odisseu. As narrativas míticas

²⁶ O texto aqui produzido foi adaptado e fazia parte daquilo que se denominava Projeto Folhas. O texto foi desenvolvido em conjunto com o professor Juliano Orlandi que compunha a Equipe de Filosofia do Departamento de Educação Básica. Cf. ORLANDI, J. As Principais Características do Mito Grego. 2008. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 04 jun 2009. Importante observar que em cada Folhas ocorria o desenvolvimento um conteúdo específico, a partir do qual professores e estudantes poderiam levantar questões, identificar problemas e problematizar o conteúdo com o auxílio dos textos filosóficos. O texto filosófico, além de ser objeto de estudo com suas estruturas lógicas, argumentativas e precisão dos enunciados, também forneceria subsídios para entender o problema e o conteúdo que estava sendo estudado (PARANÁ, 2007, p. 10).

²⁷ Segundo Mircea Eliade, citado por BRANDÃO (2000, p. 35-36) o mito é o relato de um acontecimento ocorrido no tempo primordial mediante a intervenção de entes sobrenaturais. É o relato de uma história verdadeira, ocorrida nos tempos dos princípios, *illo tempore*, quando com a interferência de entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o cosmo, ou tão somente um fragmento, um monte, uma pedra, uma ilha, uma espécie animal ou vegetal, um comportamento humano. É a narrativa de uma criação, conta-nos de que forma algo que não existia passou a existir.

²⁸ Existem diferentes perspectivas quanto a origem da filosofia. Segundo Jaeger (2003) a história da filosofia grega deve ser encarada enquanto um processo progressivo de racionalização da concepção religiosa presente nos mitos.

explicavam os mais variados aspectos da realidade grega e constituíam, assim, a visão de mundo dominante entre os helenos.

[...]

Os mitos remontam à época em que ainda não havia escrita na Grécia e, por essa razão, eram difundidos por meio da palavra falada. O vocábulo grego *mýthos*, do qual se origina o termo português “mito”, compartilha o mesmo radical do verbo grego *mýtheomai*, cujo significado é “dizer”. Assim, mito significa, em sua acepção mais primitiva, “palavra falada”, “o que foi dito”.

Os grandes representantes desse tipo de narrativa, os poetas Homero e Hesíodo, viveram, na verdade, em seu período mais tardio; no qual a escrita é redescoberta pela cultura grega e permite, assim, o registro das antigas narrativas. As principais obras desses autores, a *Ilíada* e a *Odisséia*, no caso de Homero, e a *Teogonia* e *Os Trabalhos e os Dias*, no caso de Hesíodo; fornecem-nos o mais remoto testemunho da antiga cultura helênica.

Utilizamos de trecho do Livro romance da História da Filosofia – O mundo de Sofia. **Gaarder**, Jostein. **O mundo de Sofia**. Tradução de João Azenha Jr. São Paulo, Cia. das Letras, 1998, p. 34-40 e do mito de Faetonte. Pedimos posteriormente que os estudantes pesquisassem diferentes mitos egípcios, indígenas brasileiros ou africanos, que expliquem o surgimento dos fenômenos da realidade e que comparassem com a descrição do mito de Faetonte.

Os estudantes leram alguns versos d'*Os Trabalhos e os Dias* de Hesíodo, e escreveram textos nos quais mostravam os possíveis fenômenos naturais ou sociais que o Mito de Prometeu e Pandora explicam e suas respectivas causas sobrenaturais ou divinas.

Investigação: a partir da análise do Mito de Faetonte foi possível compreender duas características fundamentais da narrativa tradicional grega: 1 – a função de explicação e organização da realidade e 2 - o apelo ao divino ou sobrenatural. A leitura do trecho da *Teogonia* de Hesíodo possibilitou o entendimento da concepção de conhecimento próprio do mito e a ideia de que os conhecimentos referentes a realidade foram revelados por um ente sobrenatural.

Criação de conceitos: a capacidade dos estudantes em compreender as características gerais do mito e a aplicação nos contextos próprios, principalmente no campo religioso.

3ª série: Filosofia da Ciência

Com os estudantes da 3ª série do Ensino Médio trabalhamos o Conteúdo Estruturante Filosofia da Ciência e de forma específica a questão do princípio de responsabilidade em um filósofo alemão que viveu no século XX.

Constata-se que o mundo contemporâneo está fortemente marcado pelos avanços da ciência e da tecnologia. Tais avanços geraram mudanças na relação entre os humanos e dos humanos com a natureza. Nunca na história o poder de intervenção do homem sobre o mundo físico foi tão grandioso quanto hoje. Através da técnica existe, segundo Hans Jonas (1903-1993), filósofo alemão de origem judaica e que procurou estabelecer as bases de uma nova ética denominada por ele de ética da responsabilidade, a possibilidade de destruição do planeta, e, portanto, diante de tal poder o homem precisa repensar a sua ação, criar um conceito de responsabilidade em adequação a esta nova realidade.

Jonas viveu os grandes fatos históricos do nosso século: a crise da humanidade europeia dos anos 20 e 30, o advento do nazismo e o holocausto, o triunfo da sociedade tecnológica especialmente o Projeto Manhattan (1945), o Projeto Apollo (1969) e a crise ecológica. A ideia de responsabilidade, questão central do texto, nasceu destas experiências, do triunfo da tecnologia e das suas expectativas utópicas. Tais acontecimentos fizeram-no refletir sobre seu tempo e seu espírito, obrigando-o a buscar alternativas capazes de arrancar do conhecimento e do poder, gerado pelo próprio homem, um dever em relação aos que vivem e viverão futuramente.

Hans Jonas busca discutir os principais efeitos do uso que se faz dos conhecimentos científicos, para ele (2006, p. 21) “[...] a promessa da tecnologia moderna se converteu em ameaça [...]” e a atual situação produzida pela ciência, coloca ao homem as seguintes questões: o que pode servir atualmente de orientação para a ação humana? Diante da previsão do perigo, como agir? Quais problemas éticos surgem com o atual uso abusivo das ciências? Jonas se opõe à artificialização do vivo e à exploração sem freio da natureza, em nome de um novo imperativo categórico: "Age de forma que os efeitos de tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a terra". O Princípio

Responsabilidade está no coração dos debates contemporâneos mais afiados e mais cheios de consequências para o futuro.

Mobilização e problematização: a aula foi iniciada com a leitura do mito de Prometeu que problematiza a relação entre o conhecimento e o agir humano. A interpretação feita do mito é a de associá-lo as pretensões dos homens em superar os limites de sua condição humana e igualar-se aos deuses. Prometeu, o “previdente”, o “prudente”, representa as tentativas do homem de superar a si mesmo através da ciência e da técnica para dominar a natureza. O Titã roubou o fogo dos deuses e o entregou aos mortais e desta forma tentou compensar a vulnerabilidade humana em comparação as demais espécies. Esse mito apresenta o homem como um ser obrigado a desenvolver técnicas para sobreviver.

Ainda como forma de mobilização pedimos aos estudantes que pesquisassem alguns avanços da ciência, principalmente na área de energia nuclear e da engenharia genética, pois estes são exemplos de que a ciência moderna colocou os homens numa nova relação com o mundo e as consequências, muitas vezes, são imprevisíveis. Neste primeiro momento se procuramos enfatizar os avanços científicos e as consequências relacionadas a estes avanços e que determinados avanços produziram ameaças ao planeta e que diante de tais mudanças existe a necessidade de uma nova ética.

A partir do mito de Prometeu, que trata do poder de intervenção do homem sobre a natureza, elencamos as seguintes questões: **o que pode servir atualmente de orientação para a ação humana? Diante da previsão do perigo, como agir? Quais problemas éticos surgem com o atual uso abusivo das ciências?**

Investigação: Na investigação filosófica proposta aos alunos desenvolvemos pesquisas, debates e leituras de trechos do texto de Hans Jonas - O princípio responsabilidade – Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.

Criação de Conceitos: A contribuição de Jonas está no fato de que os parâmetros da ética tradicional não atendem mais as transformações e às mudanças no agir provocadas pela tecnologia. Os impactos da tecnologia são tão fortes que a ética também precisa mudar seus princípios para melhor explicar os fenômenos tecnológicos e os impactos que foram provocados por ela, ou seja, como a ética está relacionada ao agir, a consequência lógica disso é que a natureza modificada do agir humano impõe uma modificação da ética.

A compreensão, pelos estudantes, dos impactos que a tecnologia provoca no mundo atual e a necessidade de se pensar tais impactos e portanto a construção de uma ética que seja adequada a esta nova realidade possibilitará ao estudante a capacidade de se situar de forma diferente no mundo, possibilitará ao mesmo uma transformação em suas atitudes de forma a alcançar uma postura mais crítica diante da realidade, principalmente no que tange a destruição do planeta.

3 ATIVIDADES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS COM UTILIZAÇÃO DE SUPORTE TECNOLÓGICO: GRUPO DE TRABALHO EM REDE (GTR)

O Grupo de Trabalho em Rede (GTR) foi desenvolvido no terceiro período do Programa. O GTR possibilitou a interação entre o professor PDE (tutor) e professores da Rede Estadual de ensino, formados em Filosofia, pelo Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). O objetivo era de socializar as produções desenvolvidas pelo professor PDE ao longo do programa em específico o Projeto de Intervenção Pedagógica, a Produção Didático-pedagógica e os elementos oriundos do processo de implementação na escola. Participaram ao todo do GTR 17 professores, sendo 05 professoras e 12 professores. Dos participantes apenas 02 não concluíram o processo.

O GTR foi organizado a partir de cronograma estabelecido pela Secretaria de Estado da Estadual e contou com as seguintes etapas:

Temática	Ação	Atividade
Temática 1: Projeto de Intervenção Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar sobre o acompanhamento das atividades de avaliação • Apresentar o Projeto de Intervenção • Discutir questões conceituais do Projeto 	<p>Fórum de apresentação</p> <p>Fórum 1: sobre o Projeto de Intervenção</p> <p>Diário 1</p>

<p>Temática 2:</p> <p>Produção Didático-Pedagógica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar a Produção Didático-pedagógica • Debater as possibilidades pedagógicas da produção e os encaminhamentos metodológicos • Feedbacks 	<p>Fórum 2: sobre a Produção Didático-Pedagógica</p> <p>Diário 2</p>
<p>Temática 3:</p> <p>Implementação do Projeto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das ações de implementação • Avaliar e debater as possibilidades pedagógicas da proposta e os encaminhamentos metodológicos • Feedbacks 	<p>Fórum 3 sobre as ações de implementação</p> <p>Fórum 3: vivenciando a prática</p>
<p>Avaliação das atividades do GTR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Considerações do Tutor (Síntese do professor Tutor) • Acompanhamento das ações (Análise final das interações) 	<p>Avaliação do GTR</p> <p>(Questionário online)</p>

Apresentaremos a seguir algumas das discussões e considerações realizadas durante o GTR.

No Fórum 01 os professores teceram os seguintes comentários acerca do Projeto de Intervenção:

CLEVERSON JOSE CATORE DA SILVA - sexta, 21 março 2014, 09:01. Entendo que o Projeto de intervenção pedagógica é um grande desafio. Entre os desafios destaco a questão do desinteresse do aluno pela leitura e conseqüentemente sua falta de vocabulário, etc.; o que interfere na compreensão do texto. Para a maioria dos alunos o texto clássico é de alguma forma incompreensível! "Professor isto é grego, dizem eles, eu por minha vez respondo: " É! Este texto de Platão foi escrito em grego, mas foi bem traduzido, então podemos entendê-lo". Nosso aluno é redundante dizer, tem grande dificuldade na interpretação. Quando partilho isso com os professores língua portuguesa, literatura e outras disciplinas, inclusive matemática, percebem que é um desafio conjunto, não somente da

disciplina de filosofia, mas de todas as disciplinas que fazem parte do currículo. Já fiz algumas tentativas de leituras do texto clássico, com o auxílio de professores de língua portuguesa e literatura em trabalho conjunto. Fiquei feliz, por ver que pelo menos 5 ou 6 alunos em uma sala de 35/40 alunos conseguiram algum progresso. A leitura dos clássicos é um instrumento importante e precisa ser utilizado. O projeto é uma maneira de "pensar e realizar" aquilo que todos nós, enquanto professores de filosofia queremos provocar em nosso aluno: "o desejo pelo conhecimento". Este desejo de provocar o aluno vai de encontro aos objetivos do projeto quanto este visa analisar, desenvolver, maneiras de utilização dos textos clássicos em sala de aula e recursos que podem colaborar para isto. Tais objetivos, são objetivos que todos nós, enquanto professores de filosofia, devemos tentar atingir!

RAMIRO DE OLIVEIRA JUNIOR - sexta, 21 março 2014, 16:16

Olá Cleverson! Concordo com você quanto a dificuldade de entendimento por parte do aluno (e vamos ser sinceros: às vezes, dependendo do texto, até nós que estamos acostumados temos alguma dificuldade no primeiro contato!). Hoje mesmo trabalhei o texto da "Antologia" do Nietzsche e busquei uma solução contrária do que o Wilson escreve "*...nas aulas de filosofia no Ensino Médio, é forte a tendência em se utilizar apenas comentários dos textos clássicos de filosofia e evitar a leitura direta dos textos...*". Utilizei sim uma pequena resenha explicando o texto, na sequência um vídeo do filme "O Guia do Mochileiro das Galáxias" e na sequência lemos junto o próprio texto do filósofo, onde seu entendimento, junto com paradas estratégicas e comentários, no final de duas ou três aulas o texto do filósofo (ainda mais um texto de Nietzsche!) ficou um pouco mais compreensível para um adolescente cheio de vontades extra-classe. Como disse, concordo com essa dificuldade colocada, mas acredito também que temos a solução conosco. Basta termos a vontade de conhecer o filósofo, o texto, o que ele aparentemente quis dizer e buscamos alternativas de compreensão com filmes, HQs, músicas, contos, cotidiano do próprio aluno, enfim... Estamos aí para, como disse Kant, para facilitar este entendimento.

MARIA DOMINGOS PEREIRA VENTURA - domingo, 23 março 2014, 18:04

Ramiro: concordo com você que muitos textos são difíceis até mesmo para os professores de filosofia. Quando me deparo com um texto que não domino, primeiro busco os comentadores para um entendimento mínimo do texto. Também procuro usar textos curtos porque sei que são difíceis de serem lidos. Muitos conceitos em pouco texto. Tem bons materiais de apoio sendo produzido pelos colegas e sempre que possível utilizo suas sugestões em sala de aula. Acredito que perdemos bastante com a retirada do livro público de filosofia, pois ele nos dava uma sequência bem interessante para trabalharmos os conteúdos estruturantes sem impedir que adicionássemos outros materiais e dinâmicas de nossa escolha. Os materiais atuais são muito amplos e trazem temas que não iremos trabalhar nas aulas. Para dar conta de nossos conteúdos estruturantes precisamos de material presente nos três livros do PNL, mas só dispomos de um para trabalhar com os alunos. Acho que nós professores da rede pública temos sempre que nos reinventar para atrair nossos alunos para o conteúdo da filosofia, senão corremos o risco de falar para nós mesmos.

VALERIA ARIAS - terça, 25 março 2014, 16:27. O histórico descrito pelo Prof. Wilson expressa parte da militância local em defesa do espaço curricular da disciplina de filosofia na educação básica. Creio que os avanços alcançados nesse percurso são consideráveis, embora ainda falte muito para que a filosofia escolar atinja o grau de legitimidade social necessária para que a "voz da filosofia", em sua especificidade, comece a intervir criticamente nos processos educacionais, tanto nas instâncias

escolares, como no que respeita à proposição e implementação de políticas educacionais. Creio que tal legitimidade passa, necessariamente, pela afirmação da disciplina em seu estatuto próprio. Ora, a filosofia se reproduz, principalmente, mediante o texto filosófico, logo ele expressa a “língua” própria da filosofia. Sendo assim, o texto filosófico, mais do que “instrumento” didático-pedagógico, é a própria expressão da filosofia. Nesse sentido, abdicar do texto autoral de filósofos e, também, de seus comentadores reconhecidamente especializados, é o mesmo que esvaziar a aula de filosofia de sua substância filosófica. Ocorre que, para que se estabeleça o contato leitor-texto, é necessária a mediação do professor. Este, antes de tudo, precisa ser um leitor constante dos conteúdos/autores que constituem o seu campo de conhecimento de referência, o que, conforme sabemos, não ocorre com a maioria dos docentes. A frase recorrente é de Aristóteles, na Ética, é pertinente para a contradição que se estabelece entre o professor de filosofia e a recusa em tomar o texto filosófico como fundamento de sua praxis docente: “Ninguém dá o que não tem”. O raciocínio implica numa conclusão cabal: não é realmente possível que estudantes venham a dialogar com textos clássicos a partir de aulas ministradas por docentes que os ignoram.

Minha experiência como formadora de professores atesta o fato descrito, também comprovado por pesquisas sobre o perfil dos leitores no Brasil, já que a maioria dos docentes (89%) tem rigorosamente os mesmos hábitos de leitura que a população em geral. Essa ausência de leitura filosófica entre os professores de filosofia, talvez explique, em parte, porque a grande maioria deles julgue ser “impossível” que seus alunos (com tantas fragilidades) realizem a experiência da leitura de textos clássicos. Evidente, conforme já mencionei, que o trabalho pedagógico com textos filosóficos requer planejamento e uso de estratégias por parte do professor. Quando esta preparação é realizada; quando o docente tem segurança dos objetivos que quer alcançar e, principalmente, domina o conteúdo em questão, a leitura/interpretação de textos filosóficos por estudantes da escola básica pública não só é possível, como há inúmeros exemplos que esta metodologia é utilizada como “prevalente” na docência da disciplina. No âmbito do NESEF/UFPR, por exemplo, além do Prof. Wilson, há muitos colegas que desenvolvem metodologias de trabalho que, embora contem com textos de outros registros/gêneros, não abdicam, ao contrário, privilegiam o texto filosófico e o fazem com muito êxito.

Na Temática 02 – **Produção Didático-pedagógica** – estratégia metodológica do Projeto de Intervenção Pedagógica que possibilita discussões sobre sua aplicabilidade na escola. Os professores apontaram que o material era adequado ao ensino-aprendizagem da Filosofia para os estudantes do Ensino Médio, e os recursos e estratégias propostos de grande relevância para auxiliar na leitura dos textos dos clássicos da Filosofia e aquisição do conhecimento humano como condição para o exercício da cidadania. Que auxiliava não apenas na busca de uma maneira mais adequada de trabalhar a disciplina como meio indispensável para restabelecer o exercício do pensar humano na escola, mas também desperta a necessidade do desenvolvimento do espírito crítico (Prof. Geraldo).

Li o material preparado pelo professor Wilson e achei o mesmo interessante para ser trabalhado em sala de aula. Como trabalharei Mito e Filosofia nos dois primeiros bimestres com o primeiro ano, terei a oportunidade de usar o material e ver o resultado do mesmo. Achei o material adequado para o trabalho com o Ensino Médio e acredito que possa levar a uma melhor leitura do texto filosófico (Prof. Maria)

Ainda, segundo os professores,

a metodologia expressa claramente as etapas expostas na DCE o que demonstra o cuidado do professor Wilson com os processos de encaminhamento das aulas que, a meu ver, constitui um dos problemas para o ensino e aprendizado. A devida atenção para a orientação metodológica é vital para todo professor de filosofia. Tais orientações devem ser pensadas cuidadosamente para que se materializem nas aulas, deixando de ser apenas um aporte teórico descrito no PDT. Por fim, considero o referencial adequado para o ensino de filosofia no E.M. e percebi claramente a concordância da proposta do professor Wilson com a proposta de ensino que está sendo construída no estado do Paraná. Buscando acrescentar minha experiência de docente, gostaria de expor rapidamente uma das práticas didáticas que tem surtido efeitos positivos no decorrer das aulas: Ao trabalhar teoria do conhecimento (primeiro ano), tenho dado preferência ao tema da filosofia moderna, mais especificamente, ao embate entre a proposta racionalista e empirista de construção do conhecimento (Prof. Maicon)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação no Programa de Desenvolvimento Educacional possibilitou compreender com maior clareza a importância da formação continuada de qualidade aos professores da Educação Básica, pois o reconhecimento dos professores enquanto produtores de conhecimento do processo ensino-aprendizagem, enquanto sujeitos que aprendem e ensinam, conforma apontado no documento síntese PDE, na relação com o mundo e com os outros é algo fundamental para o desenvolvimento educacional.

O trabalho desenvolvido no PDE possibilitou analisar a materialidade do trabalho em sala de aula, o trabalho docente, suas condições e possibilidades. Partimos da compreensão de que a aula de Filosofia, em algum momento, deve passar pelo texto clássico de filosofia, de que o diálogo com a tradição, com o pensamento pensado, é algo essencial para que ocorra a indagação, a reflexão quanto ao mundo que nos circunda. O texto clássico é clássico por que fala de seu tempo, mas ele pode dizer alguma coisa para o nosso tempo, é nesse sentido que ele é importante, não é pra fazer o aluno conhecer de forma abstrata a filosofia, mas pra ele adquirir o instrumental pra compreender sua realidade, participar de sua realidade.

Para Horn (2013) existem, quanto ao trabalho com os textos de filosofia em sala de aula, três teses. A primeira apresenta a ideia de que apenas é possível ensinar filosofia com o texto filosófico. Tal perspectiva está fundamentada “etiqueta estruturalista”, na leitura estrutural e em uma tendência de sacralização dos textos, própria da academia. A segunda tese é a de que não é necessário, nem possível ensinar filosofia no Ensino Médio utilizando o texto como tecnologia central. E esta orientação advém de professores não formados em filosofia e/ou das condições adversas da escola²⁹. A terceira possibilidade, que não exclui em absoluto as outras, defende a aproximação do texto filosófico em sala de aula não como a única e exclusiva possibilidade. É possível ensinar filosofia com qualquer texto, porém preferencialmente com o texto filosófico, pois ensinar filosofia sem a presença do texto de filosofia acarretaria afastamento do conteúdo e do método filosófico.

A principal questão é como chegar às questões filosóficas de forma significativa, como desenvolver o “filosofar” com os estudantes e não apenas “ler” o texto de filosofia? Como encontrar o equilíbrio no uso do texto de Filosofia e não desenvolver no Ensino Médio uma espécie de propedêutico do curso de graduação em Filosofia? Como desenvolver esta experiência de pensamento, que é a filosofia, sem cair no vazio e ao mesmo tempo não criar em nossos estudantes uma repulsa pela Filosofia? Como não transformar textos de Filosofia que representam uma fonte preciosa, um verdadeiro “talismã”, conforme nos diz Calvino (1993), de conhecimento, de teses, conceitos e problemas, em algo torturante, hermético, lacunar?

As observações realizadas pelos professores que participaram do GTR permitiram compreender a importância da filosofia e de diferentes estratégias quanto ao trato com os textos de filosofia. Que existem muitas dificuldades no uso do texto clássico e observa-se um enorme trabalho a ser desenvolvido na busca de

²⁹ As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006, p. 27), citando Silveira (1991, p. 142) apontam que “[...] Dizer que se pode ensinar filosofia apenas pedindo que os alunos pensem e reflitam sobre os problemas que os afligem ou que mais preocupam o homem moderno sem oferecer-lhes a base teórica para o aprofundamento e a compreensão de tais problemas e sem recorrer à base histórica da reflexão em tais questões é o mesmo que numa aula de Física pedir que os alunos descubram por si mesmos a fórmula da lei da gravitação sem estudar Física, esquecendo-se de todas as conquistas anteriores naquele campo, esquecendo-se do esforço e do trabalho monumental de Newton.”

superação das mesmas. Afinal, como criar o hábito de leitura se nossos estudantes de escolas públicas, e também particular, de forma geral não possuem o hábito de leitura? E mais, como criar o “gosto” pela leitura dos textos clássicos de filosofia se os estudantes encontram dificuldades até na leitura de artigos de jornal? Em filosofia, a apropriação é lenta e se em algum momento isto não ocorrer pode ser que o fundamental não tenha sido atingido. Podemos comparar a leitura dos textos filosóficos à realização de atividade física. Tornar-se um bom atleta demanda tempo, disciplina, empenho, retomada contínua dos exercícios, etc. Se os textos de Filosofia são uma mediação para o pensar, logo apenas com sua “frequência”, com o contato, com a prática contínua é possível o desenvolvimento de um pensar autônomo, de um filosofar. O avanço, a progressão na leitura dos textos clássicos de filosofia depende fundamentalmente de uma constância, de uma regularidade. Para Folscheid e Wunenburger (2006, p.17) “[...] se os conceitos ignoram largamente o tempo, o tempo permite entrar pouco a pouco nos conceitos. Para ser claro: a iniciação exige duração.”

O PDE também foi importante para o processo de compreensão da aprendizagem da Filosofia no Ensino Médio e de forma específica o uso do texto clássico de Filosofia. A filosofia, enquanto conjunto de conhecimentos teóricos reúne grande parte dos temas que influenciam a vida de nossos estudantes. Seja no campo de política, da ética, da ciência, seja no campo da arte, os conhecimentos filosóficos determinam, mesmo que inconscientemente, o modo e o sentido segundo o qual as pessoas em geral abordam o mundo e a vida. O grande problema se encontra, contudo, no fato de que as teses, as doutrinas, os argumentos filosóficos se caracterizam por uma validade tácita, isto é, eles determinam as perspectivas dos estudantes sem que estes estejam conscientes disso. Para citar um exemplo, o conceito de liberdade vigente que vive em nossa circunstância histórica é profundamente marcado pelas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII. Quando a mídia, os políticos e as pessoas em geral falam sobre a liberdade, suas posições são orientadas pelas discussões realizadas por Locke, Hobbes, Rousseau, etc.; muito embora, na maior parte das vezes, não tenham conhecimento e leitura das obras desses autores. Este paradoxo funda-se no fato de que nossas instituições e nossos comportamentos foram construídos ao longo da história em sintonia com as teorias e os pensamentos dos filósofos. As pessoas educadas num contexto já

determinado incorporam perspectivas específicas e, ingenuamente, acreditam que elas são únicas e nunca foram ou serão diferentes do que são. Eis a validade tácita que caracteriza as teses, as doutrinas e os argumentos filosóficos. Além disso, como podemos notar na declaração de Paris, os conhecimentos de Filosofia são necessários para a formação plena do cidadão, de forma à torna-lo participativo, consciente e reflexivo.

[...] ação filosófica formando espíritos livres e reflexivos capazes de resistir às diversas formas de propaganda, fanatismo, exclusão e intolerância, contribui para a paz e prepara cada um para assumir suas responsabilidades face às grandes interrogações contemporâneas [...] Consideramos que a atividade filosófica – que não deixa de discutir livremente nenhuma idéia, que se esforça em precisar as definições exatas das noções utilizadas, em verificar a validade dos raciocínios, em examinar com atenção os argumentos dos outros – permite a cada um aprender e pensar por si mesmo [...] (UNESCO, 1995).

REFERÊNCIAS

ARANTES, P. E. **Um departamento francês de Ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRANDÃO, R. **A ordem do mundo e o homem**: estudos sobre metafísica e moral em Voltaire. 2008. Tese Doutorado, Universidade de São Paulo.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2012**: Filosofia. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei 11.684**, junho de 2008. Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm. Acesso em 06/09/2010.

CALVINO, Í. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARTOLANO, M. T. P. **Filosofia no Ensino de 2º Grau**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1985.

CERLETTI, A. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Tradução de: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, M. Prefácio In: PARANÁ. SEED. **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: 2009, p.9-13.

COMTE-SPONVILLE, A. **A Filosofia**. Tradução de: Joana Angélica D'Avila Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COMTE-SPONVILLE, A. **Uma educação filosófica e outros artigos**. Tradução de: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CORDEIRO, D.S. **A formação do discernimento: Jean Maugüé e a gênese de uma experiência filosófica no Brasil**. Tese de doutorado realizado pela USP. São Paulo, 2008.

COSSUTA, F. **Elementos para a Leitura dos Textos Filosóficos**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CUNHA, J. A. **Iniciação à investigação filosófica: um convite ao filosofar**. Campinas: Alínea, 2009.

DELEUZE, G.; GUATARRI, F. **O que é Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FAVARETTO, C. F. Prefácio. In: ROCHA, R. P. Ensino de Filosofia e Currículo **Ensino de Filosofia e currículo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 09-15.

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J.J. **Metodologia Filosófica**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GALLO, S. **Deleuze e a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLO, S. Filosofia e o exercício do pensamento conceitual na educação básica. **Revista Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 55-78. jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1967/1641>. Acesso em: 10/01/2012.

GHEDIN, E. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, R. **Crítica da Razão Tupiniquim**. 14. ed. Curitiba: Criar Edições, 2008

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Vol. I Tradução de: COUTINHO, C. N. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HORN, G.B. **Ensinar filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos**. Ijuí: Unijuí, 2009.

HORN, G.B. Filosofia, ensino e resistência: construindo um espaço para filosofia no currículo do ensino médio da escola pública paranaense. **Caderno de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 165-180, 09 novembro 2007. Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq4/10_filosofia_cp4.pdf. Acesso em: 11/07/2011.

HORN, G.B. **Por Uma Mediação Praxiológica do Saber Filosófico No Ensino Médio**: Análise e Proposição a Partir da Experiência Paranaense. Tese de doutorado realizado pela FEUSP. São Paulo, 2002.

HORN, G.B. Filosofia no ensino. In: KUENZER, A. (org.) **Ensino Médio**: Construindo uma proposta para aqueles que vivem do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000, p. 193 – 202.

HORN, G.B.; VALESE R. **O sentido e o “lugar” do texto filosófico nas aulas de Filosofia no Ensino Médio**. In: NOVAES, J. L. C; AZEVEDO, M.A.O de. (org). Filosofia e seu ensino: desafios emergentes. Porto Alegre: Sulina, 2010.

KANT, I. **Textos Seletos**, 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

MARCONDES, D. É possível ensinar Filosofia? E, se possível, como? In: KOHAN, W.O. (Org.). **Filosofia**: caminhos para seu ensino. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MARCONDES, D. FRANCO, I. **A Filosofia**: O que é? Para que serve? Rio de Janeiro: Zahar/PUC-Rio, 2011

MARTINS, M. H. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MENDES, A. A. P. **A construção do lugar da filosofia no currículo do ensino médio**: análise a partir da compreensão dos professores de filosofia da escola pública paranaense. 163f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

NASCIMENTO, M. G. de. S. **Voltaire**: a razão militante. Col. Logos. São Paulo: Moderna, 1993.

NUNES, B. **Ensaio filosóficos**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

OLIVEIRA, J. R. O livro didático de filosofia em foco. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Brasília: MED, SEMTEC, 2004, p. 253 – 275.

ORLANDI, J. **Dois possibilidades de interpretação do problema do círculo da compreensão em Heidegger**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Setor de Filosofia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PARANÁ. SEED. **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba, 2009.

PARANÁ. **Diretriz Curricular de Filosofia para a Educação Básica**, Curitiba. 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Livro Didático Público de Filosofia**. 2 ed. Curitiba: SEED-PR, 2007.

PIMENTA, A. **História da filosofia e filosofar**. Um olhar crítico sobre o método das estruturas de M. Gueroult. Luminaria. Vol. 1, nº 9, p. 124-139, 2008.

PORTA, M. A. G. **A filosofia a partir de seus problemas**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

RODRIGO, L. M. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio**. Campinas: Autores Associados, 2009.

RODRIGO, L. M. Aprender filosofia ou aprender a filosofar: a propósito da tese kantiana. In: GALLO; S., DANELON; M., CORNELLI, G., (Org.). **Ensino de Filosofia: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 91-99.

SCHLESENER, A. H. Antonio Gramsci: Filosofia, História e Política. In: PARANÁ. SEED. **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba, 2009. p. 258-297.

SEVERINO A. J. O ensino da Filosofia: entre a estrutura e o evento. In: GALLO; S., DANELON; M., CORNELLI, G., (Org.). **Ensino de Filosofia: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 101-112.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 2007

SEVERINO, A. J. **Como ler um texto de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009.

SILVEIRA, R.J.T. **Ensino de Filosofia no segundo grau: em busca de um sentido**. 612f Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991

VIEIRA, W. J. Retrato atual do ensino de filosofia e o uso do texto clássico nas escolas públicas do Paraná. **Revista Dialogia**, São Paulo, Vol. 13, 2011, p. 73-98.